



COMARCA DE GOIÂNIA
NAJEC - Núcleo de Atermação dos Juizados Especiais Cíveis

FORMULÁRIO DE RECLAMAÇÃO

Prioridade:	<input type="checkbox"/> Maior de 60 Anos	<input type="checkbox"/> Grávida	<input type="checkbox"/> Doença Grave
	<input type="checkbox"/> PNE	<input type="checkbox"/> Tutela Provisória de Urgência	
Reclamação apresentada por:			
Nome:			
Estado Civil:		Nacionalidade:	
RG:	Órgão Exp:	Data Emissão:	
CPF:		Profissão:	
Endereço:			
Bairro:		Cidade:	
Estado:		CEP:	
Fone:		E-mail:	

O(s) autor(es) acima qualificado(s), vem à presença de V. Exa. propor a presente:

INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS
<i>Fundamento Legal: Art. 3º II da Lei 9.099/95 c/c Art. 275 II d do CPC-1973 c/c Art. 1.063 do CPC-2015</i>
Reclamado(s)
Nome:
CPF/CNPJ:
Endereço:
CEP:
Fone:

I – DADOS DO ACIDENTE
Relato Apresentado
Data do acidente:
Local do acidente:
Houve registro da ocorrência em algum órgão:
Dados do Veículo do Reclamante:
Dados do Veículo do Reclamado:
Comprovante de Pagamento do Conserto ou Orçamento apresentado no valor de R\$
Contato direto com Reclamado para tentar solucionar amigavelmente:
Houve pagamento de alguma quantia pelo Reclamado:
Quanto tempo o reclamante ficou impossibilitado de utilizar o veículo:
Outros dados que achar necessários:

II – FATOS RECLAMADOS (CIRCUNSTÂNCIAS)
(Descrever de forma clara e objetiva os fatos ocorridos)

III – DA TUTELA PROVISÓRIA DE URGÊNCIA (NCPC 300 <i>caput</i>)
Em razão da existência de elementos que evidenciam a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo, conforme os fatos ora narrados, a(s) parte(s) reclamante(s) requer(em) seja concedida liminarmente, a tutela provisória de urgência, de forma “ <i>inaudita altera pars</i> ”, ou após contraditório prévio (NCPC 300 §2º) para:
1. () Proceder o bloqueio de TRANSFERÊNCIA, via Sistema RENAJUD, do veículo do reclamado envolvido no acidente, a saber, PLACA:
2. () Proceder a consulta, via Sistema RENAJUD, dos dados do proprietário do veículo do reclamado envolvido no acidente, a saber, PLACA: , a fim de viabilizar a inclusão no polo passivo da presente ação.
3. () Proceder a consulta, via Sistema BACENJUD ou RENAJUD ou INFOJUD , dos dados qualificadores da parte reclamada, em razão do que preceitua o NCPC 319 §1º, ademais a parte reclamante já esvaiu todas as possibilidades extrajudiciais de tentar localizar os dados da parte reclamada.
Outros:

IV – PEDIDO DO RECLAMANTE

Posto isso, requer a Vossa Excelência:

1. (X) Seja(m) a(s) ré(s) citada(s) na forma da lei para, no prazo legal, oferecer(em) sua contestação, sob pena de ser tidos verdadeiros todos os fatos narrados na inicial;
2. (X) Inversão do ônus da prova;
3. () Manter o bloqueio veicular, deferido em tutela provisória de urgência, a fim de viabilizar o cumprimento de sentença;
4. () Pagar indenização por dano material, no valor de R\$ _____ ;
5. () Pagar indenização por dano moral, no valor de R\$ _____ ;
6. (X) Seja deferido o benefício da gratuidade da Justiça, nos termos do art. 98 e ss. do NCPC.
7. () Informações complementares/Outro tipo de pedido:

V – DOCUMENTOS COMPROBATÓRIOS:

Lista dos documentos comprobatórios que possuir:

- 1)
- 2)
- 3)

VI – DOCUMENTOS OBRIGATÓRIOS:

CPF;
RG;
Comprovante de endereço;

Valor da Causa: R\$ _____ *

Nestes termos, pede deferimento.

Goiânia-GO, ____/____/____.

Assinatura

Responsável: (INSERIR SIGLA DAS INICIAIS)

TERMO DE RESPONSABILIDADE e CIÊNCIA:

O reclamante DECLARA que:

- 1) Todas as informações da petição inicial são de **minha inteira responsabilidade**, sendo certo que o **resultado do processo depende da comprovação dos fatos e do convencimento do juiz**.
- 2) As informações e os documentos contidos na inicial foram livremente fornecidas por mim, e a causa de pedir, objeto da reclamação, é de minha **opção pessoal e de livre espontaneidade**.
- 3) O **não comparecimento à(s) audiência(s) acarretará a extinção do processo**, bem como a **condenação ao pagamento de custas judiciais**, salvo se for acatada como falta de justo motivo mediante a apresentação de prova justificada da ausência, conforme art. 51, I da Lei nº 9.099/95.
- 4) Foi advertida que, embora nas causas de até 20 (vinte) salários mínimos a ação possa ser proposta pessoalmente, sem advogado, **é conveniente e recomendável que a pessoa esteja sempre assistida por advogado, principalmente quando a parte ré estiver acompanhada de advogado ou se tratar de pessoa jurídica ou firma individual**, conforme dispõe o art. 9º, § 1º, da Lei nº 9.099/95.
- 5) Nos termos do Art. 2º da Lei nº 9.099/95*, **declaro que aceito receber intimações em um dos telefones** acima informados.

Goiânia-GO, ____/____/_____.

Assinatura